

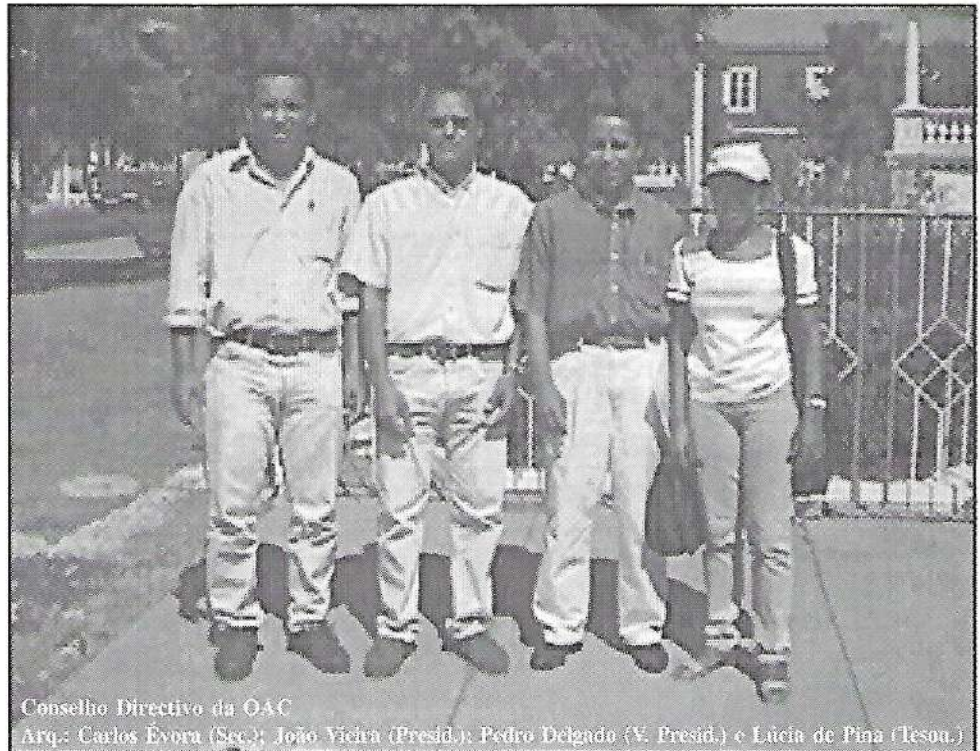
JANEIRO 2001
Vol. 1, N.º

Neste número

1	Editorial
2	Posse dos órgãos sociais da OAC
3	Lista eleita
4/5	Parecer Gamboa
6	Entrevista
7	OAC - Associação pública de personalidade jurídica Acontecimentos
8	Agenda

Ordem dos Arquitectos Caboverdianos
Praça da Terra Branca, Ed. da Esplanada -
Cave - Praia Cabo Verde, Tel.: 61 82 63
e-mail: ordemarquitectos@yahoo.com

Edição: Comissão Cultural da OAC •
Redacção e Grafismo: J. Vieira, N. Linhares de Carvalho, V. O. Ramos, Manuel Pires, Bernardo Lopes • **Fotografia:** C. Évora • **Impressão:** Tipografia Santos - Av. A Cabral, CP513- Praia / Cabo Verde Tl:611485 • **Tiragem:** 200 exemplares • periodicidade Semestral • Propriedade da OAC • distribuição gratuita a todos os membros



Conselho Directivo da OAC
Arq.: Carlos Évora (Sec.); João Vieira (Presid.); Pedro Delgado (V. Presid.) e Lúcia de Piná (Treas.)


Ao ter que definir uma linha orientadora da "Folha dos Arquitectos" sentimo-nos particularmente constrangidos porque o nosso objecto é muito vasto, e qualquer orientação se pode confundir com a negação de fazer deste espaço o lugar franco e aberto pleno de pluralismo que se sonhou.

O espaço que ora se cria, mais do que a promoção, divulgação e informação das questões de relevo concernentes a Ordem dos Arquitectos, será acima de tudo a tribuna da arquitectura, o lugar do urbanismo, do ordenamento do território e da salvaguarda das questões ambientais no geral. É portanto um espaço onde notícias e artigos encontrarão eco no debate que aqui será promovido e incentivado. Por isso fica o apelo, particularmente aos colegas, para ajudarem a manter este espaço sempre vivo, interventivo,

rico e plural no conteúdo e na forma.

As novas tecnologias sendo, hoje fonte inesgotável de informação terão aqui um cantinho com referências a "sites" de assuntos e matérias de utilidade ao exercício profissional, bem como endereços e páginas de nossas congéneres e organizações afins com o intuito de concretizarmos a ideia de que a arquitectura com todas as suas particularidades locativas é uma linguagem universal, na sua essência e nos problemas que coloca e que procura resolver.

Conscientes dos constrangimentos com que partimos, estamos dispostos a levar até si, com uma periodicidade inicial semestral este espaço, sempre com a perspectiva de todos os meses estarmos aproximando-nos cada vez mais da sua expectativa. Será muita ambição, mas ... colegas, não esperemos, vamos fazer o futuro, é uma necessidade ...

Obrigado 

João Vieira
Presidente da OAC

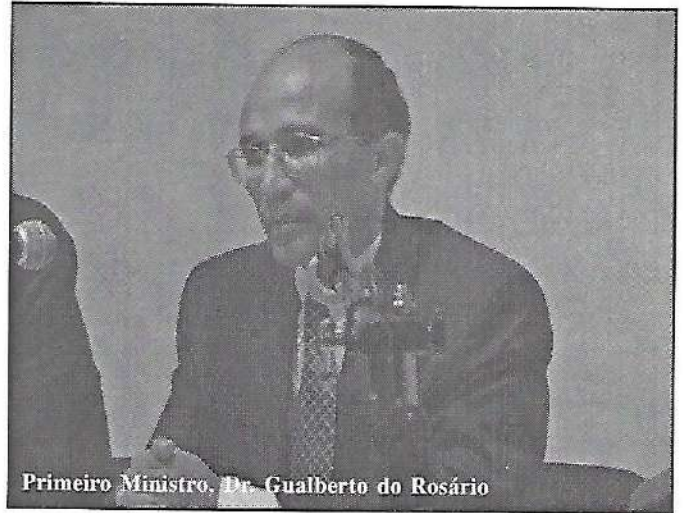


CIMENTOS DE CABO VERDE, SA

Connosco o mercado jamais será igual



Discurso do Presidente da OAC



Primeiro Ministro, Dr. Gualberto do Rosário

Posse dos órgãos sociais da OAC

Realizou-se no passado dia 4 de Novembro a cerimónia de posse do primeiro Órgão Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos Cabo-verdianos.

A cerimónia realizada no auditório do palácio da cultura contou com a presença de S. Ex^a o Senhor Primeiro Ministro Dr. Gualberto do Rosário e do Ministro das Infra-Estruturas e Habitação S. Ex^a o Eng.º Francisco Neves além de arquitectos e convidados.

Foi um acto simples que só agora teve lugar, volvidos quase 5 meses após as eleições, facto que se ficou a dever à data de realização do processo eleitoral que coincidiu com o período em que, normalmente, grande número de arquitectos programa as suas férias. Não

obstante esse facto, a cerimónia, dirigida pela comissão instaladora da Ordem, foi um sucesso, tendo decorrido num ambiente de festa e boa camaradagem que culminou com um jantar num restaurante da capital.

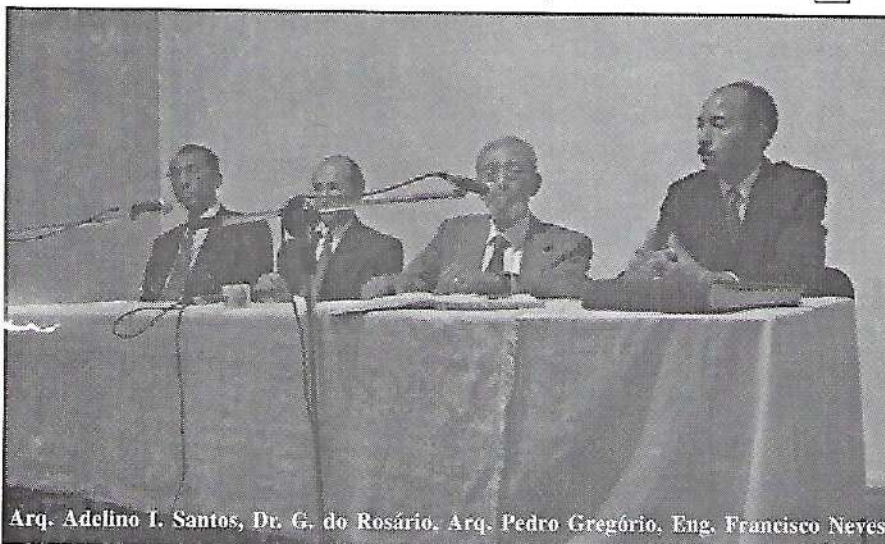
A cerimónia iniciou-se com a mensagem de agradecimentos e boas vindas proferida pelo Arquitecto Pedro Martins que na ocasião fez, igualmente, uma breve resenha do que foi o percurso dos arquitectos desde os primeiros movimentos associativos iniciados em meados dos anos oitenta passando pelos esforços consecutivos da nova geração na década de noventa, que culminaram na aprovação, pelo governo, dos estatutos e consagração da Ordem, sem deixar de fazer referência ao papel importante do governo na clarificação de aspectos sombrios que constavam do texto como a questão das incompatibilidades, assunto que fora de muita polémica no seio da classe **F**

A Mesa da Assembleia Geral

Empossada pela comissão instaladora, a Mesa da Assembleia, na pessoa do seu Presidente Arqtº Pedro Gregório Lopes assumiu a direcção dos trabalhos e concedeu posse ao Conselho Directivo e demais órgãos da Ordem após o que convidou o Presidente do conselho Directivo a usar da palavra.

O Presidente da Ordem, Arqtº João Vieira na sua breve alocução agradecerá o comparecimento de todos, destacando a presença especial de S. Ex^a o Primeiro Ministro e do Ministro das Infra-Estruturas e Habitação. Referindo-se a cerimónia, classificou-a de relevante importância, por ocorrer precisamente 25 anos depois da independência e sobretudo, porque a constituição da Ordem é a primeira etapa de um percurso que permitirá contornar problemas que, de forma individualizada, jamais seriam ultrapassados, isto porque em qualquer sociedade estão sempre em jogo interesses de diferentes actores.

Considerando que **“agora, é preciso trabalhar”**, materializando o seu programa, reforçaria que **“para que tal aconteça, não basta a boa vontade... por isso, “a presença neste acto de ilustres membros da governação do país, da qual destacamos Sua Excelência o Senhor Primeiro Ministro Dr. Gualberto do Rosário, corresponderá a possibilidade de nos auxiliar a ultrapassar aspectos mais elementares como a necessidade**




Arq. Adelino I. Santos, Dr. G. do Rosário, Arq. Pedro Gregório, Eng. Francisco Neves

de local para sede, e outros, próprios de todo o começo.”

Ainda no que concerne ao seu programa destacou “a nível interno, os aspectos organizacionais, propondo e defendendo a regulamentação da profissão, o concurso público como forma legítima de acesso a encomenda, a promoção e articulação institucional, os fóruns de ideias, o acesso a informação e novas tecnologias, bem como a produção editorial, com actividades prioritárias.

No plano externo, destacou o estreitamento das relações com UIA – *União dos Internacionais dos Arquitectos*, com a CIALP – Conselho Internacional de Arquitectos de Língua Portuguesa e com as demais Ordens e Associações de Arquitectos como forma de acesso às suas experiências e meio de enriquecer a Ordem Cabo-verdiana.

Palavras de apreço foram dirigidas ainda à Comissão Instaladora e Assembleia Geral constitutiva pelo papel desempenhado em todo o processo, reiterando “a convicção que a força da coesão da classe, aliada à serenidade e credibilidade da actuação profissional, de acordo com as normas deontológicas, serão, parâmetros importantes que permitirão à Ordem dos Arquitectos Cabo-verdianos tornar-se importante parceira do Governo, isto porque a arquitectura – como é reconhecida internacionalmente – pode ser uma arma contra muitos males de que padecem as sociedades actuais, nomeadamente a exclusão social, a criminalidade, o vandalismo e a degradação do ambiente”.

Em conclusão, apelou ao esforço de cada arquitecto, lá onde tiver maiores potencialidades, para que de todos nasça o renome de uma classe que assim será desejada por toda a sociedade, despertando o interesse e a paixão das novas gerações, e pedindo ainda, em nome do Órgão colectivo nacional empossado, o apoio de todos, e comprometendo-se a não ficar a espera, para fazer o futuro 

Lista eleita da OAC

A constituição desta lista teve por base a abrangência territorial e a participação de diferentes gerações imbuídas dos mesmos princípios éticos e deontológicos e objectivos práticos.

A sua publicação neste numero da Fa tem por objectivo a divulgação no seio da classe dos vários representantes da nossa Associação para futuros contactos e necessárias contribuições.

Mesa da Assembleia

Pres. - Pedro Gregório Lopes
Vice Pres. - Adelino Ivo dos Santos
Sec. - Angelo Andrade

Presidência

Pres. - Emanuel João F. Vieira
Vice Pres. - Pedro Delgado (Sto. Antão)

Direcção Nacional

Pres. - Emanuel João F. Vieira
Vice Pres. - Pedro Delgado (Sto. Antão)
Tes. - Lúcia de Pina
Sec. - Carlos Évora

Conselho Fiscal

Pres. - Lúcio Spencer
Sec. - Job Amado
Vogal - António Melfício (Sal)


Conselho Jurisdicional

Pres. - Dulce Melo
Sec. - Valério Martins (S. Nicolau)
Vogal - Vasco O. Ramos

Comissão de Admissão e Qualificação

Pres. - Presidente da OAC
Vog. - Aureliano Ramos
Vog. - Luís F. Silva

Comissão Cultural

Pres. - Cipriano Fernandes
Vog. - Pedro Bettencourt
Vog. - Nuno Linhares De Carvalho 

Emanuel João Ferrão Vieira

CURRICULUM VITAE

Dados Pessoais: *Nascimento:* Luanda – 1966/
Out./28, nacionalidade: Cabo-verdiana.
Experiência profissional: 2000–1999 *Srª Rita Design's Praia* - Cova Minhoto - Plano de Urbanização Refeitório do INPS (Design interior e construção), Forcabo, veículos automóveis (Design interior e construção) / 1999–1999 Unicef Praia - Consultor do Unicef para a implementação do projecto de saneamento nas escolas do EBI, tendo remodelado várias escolas em Santiago / 1998–1997 *VCL, projectos & construções Praia* - Hotel 21, Mercado do Maio, Vila Minhoto - 15 casas para chefes de estado / 1997–1993 *e.j.vieira, arqº Praia* - Terra Branca de Cima (Plano de Urbanização), Encosta voltada para o Palácio do Governo (Plano de Urbanização), Centro Cirúrgico do Hospital da Praia, Hotel Avenida, Igreja do Palmarejo, Esplanada Boca Louca, Praça da Terra Branca, Vivendas, Biblioteca Jurídica (Design interior), Agências dos TACV Achada de Stº António, Avenida, Assomada, S. Filipe, Bandjil, Conacry (Design interior e construção) / 1993–1992 *Câmara da Praia* - Arquitecto/chefe de divisão de urbanismo, Gestão urbana (apoio aos bairros clandestinos; gestão da zona sul da cidade), Preparação das bases para a Implementação da Urbanização do Palmarejo / 1997–1992 *Associação dos arquitectos Cabo-verdianos Praia* - Promove e outros colegas a criação da associação de arquitectos, promove com Arqº Luís Silva a 1ª exposição de arquitectura na Praia / 1992–1992 *Associação de Arquitectos Portugueses Portugal* - Admitido como membro da Associação.

Formação académica: 1991–1986 *Licenciatura em Arquitectura* - Área de Planeamento e Urbanismo pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Técnica de Lisboa / 1990–1980 estagiário em diferentes gabinetes em Lisboa

Passatempos: Dirigente e activista desportivo durante muitos anos. Leitura, Basquetebol e natação são as distrações preferidas.

Praça T. Branca, Ed. Esp. - Cave, CP. 375 - Praia, Cabo Verde Tel.: 618263
E-mail: ejvieira@cvtelcom.cv



Esta Folha é de todos nós. Enriqueça-a enviando a sua contribuição

parecer

Parque Desportivo Cultural da Gamboa

I. Introdução

Atenta às questões da arquitectura, urbanismo e ambiente e às preocupações da sociedade civil relativamente ao Parque Desportivo e Cultural da Gamboa, a Ordem dos Arquitectos Cabo-verdianos, como entidade sensível, considerou oportuno, agora, pronunciar-se, sobre a matéria.

Para o efeito a OAC, nomeou uma Comissão Técnica, composta por arquitectos e técnicos com formação específica na área de urbanismo, que se encarregou da análise do problema com o objectivo de trazer subsídios técnicos que fundamentem a perspectiva da Ordem relativamente ao Parque Desportivo e Cultural da Gamboa.

II. O Parque Desportivo e Cultural da Gamboa sua relação com o PUD da Orla Marítima

O Parque Desportivo e Cultural da Gamboa constitui um micro-universo dentro do Plano Urbanístico Detalhado da Orla Marítima, que se estende da Praia Negra ao Farol. Por esse facto, a sua análise será feita à luz do plano no qual se insere, orienta e complementa, pelo que é pertinente dois níveis de análise – a do PUD (Zona da Gamboa) e a do projecto do Parque da Gamboa.

2.1. O que propõe o PUD - para a área da Gamboa

Como anteriormente se referiu o PUD compreende uma vasta área que se estende da Praia Negra ao Farol, propondo cenários diversos ao longo desta faixa litoral. Para a **Zona da Gamboa**, conforme atesta a planta síntese, o PUD propõe a reestruturação do quarteirão da Electra/ Telecom preservando a função comércio/ serviços, a via de rodagem que separa esse quarteirão da praia e que receberá o nó de ligação da futura via da Praia Negra. Para o troço de praia que vai da rampa de S. Januário à ponte de cais, o PUD propõe um passeio pedonal, placas desportivas numa extensão que se sobrepõe a desembocadura das águas pluviais ali existentes. O regulamento do PUD é omissivo no que se refere ao uso da praia na zona da Gamboa.

2.2. Como responde o projecto a proposta do PUD

O projecto do Parque Desportivo da Gamboa, pelo que foi dado verificar, trata apenas a parcela de terreno que vai da rampa de S. Januário à antiga ponte de cais, respondendo a proposta desenhada para o estabelecimento de actividades desportivas e de lazer com passeio pedonal, placa em betão, um campo de areia, bancada maciça e outra amovível, torres de iluminação e uma área verde.

O projecto do parque absorve as orientações do plano, preservando o passeio pedonal, reequacionando a localização das áreas desportivas e de lazer. Contudo, o mesmo difere do PUD no que concerne a ocupação do extremo da praia, contíguo à ponte de cais, ou seja, onde se situa a desembocadura das águas pluviais. Enquanto o PUD sugere o estabelecimento de campos de ténis sobre esta área, o projecto do parque propõe a criação de uma área verde sem obstruir o escoamento das águas pluviais.

Em suma, considerando não existirem, no regulamento, elementos que restrinjam ou condicionem a área de praia da zona da Gamboa, no que concerne a estética e ambiente, o projecto do parque desportivo e cultural não viola o PUD da Orla Marítima e ao reequacionar a localização das áreas de lazer e desporto acautela a área de drenagem de águas pluviais.

III. Análise técnica do Projecto Parque Desportivo da Gamboa.

3.1. Dossier do Projecto

O projecto revelou-se de difícil análise pela forma como o dossier se documenta - incompleto e deficientemente pormenorizado, tanto ao nível das peças escritas como desenhadas.

3.1.1. Incompleto

O projecto não contém as peças usualmente apresentadas e definidas no Decreto n.º 53/88, e o art.º 7º Decreto n.º 130/88, nomeadamente:

- Planta topográfica de Localização,
- Planta de implantação
- Mapa de Acabamentos, e

Pormenores de Execução dos diferentes elementos da construção.

3.1.2. Pouco Específico, tanto escrito como desenhado

A memória descritiva e justificativa, é vaga, não elucidando sobre aspectos importantes, nomeadamente:

- a forma como o projecto se integra no ambiente circundante,
- as funções específicas propostas pelo projecto, - duas placas polifuncionais, campo de areia e área de circulação pavimentada.
- os materiais a utilizar, as razões de sua escolha e a extensão de sua aplicação
- o público usuário, que não referencia ou quantifica.

As peças gráficas ou desenhadas apresentam-se pouco pormenorizadas, carecendo de referências e especificações complementares.

O projecto do Parque, pela sua apresentação não é de “fácil e inequívoca interpretação” como devem ser os documentos finais de um projecto. Este facto condiciona a percepção das ideias mestras, particularidades e condicionantes do projecto.

IV. A Obra construída

Considerando as limitações do projecto, e tendo em conta que a obra se encontra praticamente terminada, é através dela que se pode aferir dos seus objectivos, ideia de projecto, avaliar a sua integração no sítio, bem como os elementos e materiais que a compõe.

4.1. Ideia do Projecto - Espaço para desporto e cultura.

Embora seja discutível se esta é a melhor ocupação para a praia da Gamboa, a ideia de se construir um espaço cultural e desportivo nesta zona é aceitável. Sobretudo quando o extremo norte da praia é tradicionalmente usado como espaço de desporto e recreio. Ultimamente estas actividades vêm ganhando maior relevância quer a nível de desportos de praia como de actividades culturais, sendo paradigmas dessa situação o “Gamboa Games” e o “Festival da Praia da Gamboa”.

Nessa óptica, será mais plausível - trazer práticas desportivas passíveis de serem localizadas em outros pontos da cidade?; - ou aproveitar a vocação e especificidade do local, sua particularidade no contexto da cidade, para o assumir

como um lugar privilegiado para prática de actividades que se relacionam com o ambiente de praia e de mar?

4.2. Forma e integração do conjunto.

Pela sua localização, à beira-mar e num ambiente natural – o projecto poderia, em última instância, ser desenvolvido segundo perspectivas diametralmente opostas:

a) Uma, que privilegiasse espaços e elementos orgânicos, integrando e harmonizando-se com o ambiente onde estão inseridos,

b) Outra, que privilegiasse o monolítico, ortogonal e recto, como símbolo e afirmação da conquista do Homem sobre o meio ambiente.

A leitura da obra construída permite afirmar que esta intervenção aproxima-se mais da segunda perspectiva, ou seja, a da afirmação do Homem sobre o meio ambiente. Será esta a melhor perspectiva de explorar as potencialidades vocacionais da praia da Gamboa? Vejamos;

4.2.1. Elementos

4.2.1.1. Placa de Betão

Um dos elementos do projecto é a placa desportiva executada em betão que ocupa uma grande extensão de praia e apresenta uma superfície rugosa e pintada de cor clara.

O betão por si só não é um material monolítico, antes maleável. Contudo a sua aplicação em larga escala, num contexto de praia, obriga a alguma ponderação (técnica) cuja resposta recomendaria acautelar quanto aos seus efeitos colaterais, nomeadamente índices de conforto, manutenção e segurança e impacto ambiental e paisagístico:

Conforto - a textura da placa em betonilha acabada a talocha é agressiva a fricção (contacto humano);

- a exposição de tão extensa superfície (pelas características específicas do betão) concorre para a elevação do índice de absorção, conservação, aquecimento, e radiação de calor.

- elevado índice de reflexão de luz (solar), é factor perturbador da visão pelo efeito de encandeamento que provoca nos utilizadores;

Estas particularidades fazem com que a prática das actividades previstas (desporto) para este espaço, aliadas ao clima, se tornem pouco confortáveis durante o dia e durante grande parte do ano.

Manutenção - Localizada sobre a praia,

a sua superfície da placa é facilmente invadida e coberta pela areia transportada pelo vento - esta situação implica limpeza e remoção constante da areia, repercutindo-se este facto na gestão e nos custos de manutenção da placa.

Segurança - o avanço da areia da praia para cima da placa de betão constitui um perigo para a prática das actividades desportivas previstas por acentuar o efeito de derrapagem. Por outro lado, as arestas vivas do betão em redor do recinto de areia constitui outro, perigo que merece ponderação.

Pelo exposto, a placa de betão pela sua extensão, forma, aplicação e, características do material, apresenta sérios inconvenientes de aplicação na praia.

Ao se aplicar este material, no contexto da Praia da Gamboa, essa solução deveria merecer cuidado estudo (pluridisciplinar com incidência no impacto ambiental) por forma a atenuar os efeitos negativos da solução.

4.3.2. Bancada

Ao longo da placa, entre esta e o passeio pedonal, ergue-se uma bancada de vários degraus executada em estrutura de pedra argamassada, rebocada e pintada, que merece ser apreciada em termos de escala, integração e material.

Grosso modo, a bancada resolve, a diferença de cota entre o nível da praia e do passeio (pedonal) da Rua da Alfândega, e propicia um espaço de descanso, observação e contemplação.

Se por um lado a grande extensão da bancada proporciona um número relativamente grande de lugares sentados, resolvendo questões de funcionalidade, por outro lado levanta preocupantes questões de escala desse elemento prejudicando a sua integração no lugar.

A altura da parte posterior da bancada (1.59m a partir do passeio, conforme o projecto) priva a vista e o contacto da praia aos transeuntes da rua da Alfândega Velha, empobrecendo a experiência visual a que se estava habituado.

A extensão e continuidade da bancada, conferem-na uma escala excessiva em relação ao ambiente circundante, assim como em relação ao número de pessoas que a utilizarão no dia-a-dia.

Se por um lado a opção estrutural da bancada em pedra é pacífica, a solução do acabamento merece algumas considerações. O acabamento em reboco

pintado revela-se pouco resistente ao ambiente marítimo, requerendo maior manutenção e custos. Para além do que dispomos de pedra que pode ser utilizada com dupla função - revestimento e estrutura - com ganhos substanciais na relação custo/benefício para um contexto de praia.

Em síntese, a solução preconizada pela bancada revela-se pouco adequado tanto em termos ambientais, funcionais e económicos.

Conclusão

A comissão técnica da OAC encontrou sérias dificuldades na análise do processo do Parque Desportivo e Cultural da Gamboa, nomeadamente:

- acesso a informação;
 - limitações dos dossiers;
 - nível de análise, fundamentação e desenvolvimento das propostas;
- tanto do projecto do Parque Desportivo e Cultural da Gamboa como no Plano Urbanístico Detalhado da Orla Marítima no qual o mesmo se insere.

Da análise conclui-se que:

- o projecto do Parque da Gamboa apesar não contradizer o PUD integra-se deficientemente no contexto e não favorece o ambiente paisagístico da zona da Gamboa;

- a forma, escala e utilização dos materiais traduziram-se em soluções pouco confortáveis, seguras e eficientes em termos ambientais e económicos;

Os resultados demonstram que a solução encontrada não é seguramente a melhor para o aproveitamento das potencialidades e vocação natural da praia da Gamboa.

É importante ressaltar que este processo permitiu a OAC, ter noção de que o Plano Urbanístico Detalhado propõe cenários cuja integração paisagística na orla marítima merece uma reanálise cuidada. Sobre o assunto, a Ordem dos Arquitectos Cabo-verdianos, não deixará de manifestar a sua posição, pelo que, sem prejuízo de outras decisões se disponibiliza a colaborar com as demais entidades.

A ordem congratula-se com a preocupação e o interesse manifestados pela sociedade civil, relativamente a esta questão, agradecendo a todos quantos a abordaram com a mesma preocupação de, enquanto entidade independente e sensível a esta matéria, esclarecer a questão, na sua especificidade técnica e ambiental. F.

A Comissão Técnica

Entrevista com o Presidente da Ordem - OAC

No próximo dia 1 de Julho a OAC faz um ano de existência, que balanço faz desse tempo?

Em primeiro lugar, este ano de existência não corresponde a 1 ano de funcionamento, porquanto os órgãos sociais eleitos em Julho só foram empossados em Novembro. Por outro lado, esse período coincidiu com o arranque das campanhas eleitorais – legislativas e presidenciais – que só tiveram desfecho em Março. É sabido que durante esse período o país, que há muito depende das instituições públicas, funcionou a meio gás relegando para segundos planos as matérias extra eleitorais.

De todo o modo, procuramos organizar a instituição, visto que, dadas as circunstâncias, a Comissão Instaladora não pôde mais que promover as eleições e conceder posse. Além da montagem de uma máquina administrativa imprescindível ao normal funcionamento da Ordem, procuramos promover contactos com os parceiros mais directos, nomeadamente as Câmaras Municipais e o Governo, apresentando e sensibilizando da nossa existência, mas sobretudo sugerindo o estabelecimento de protocolos.

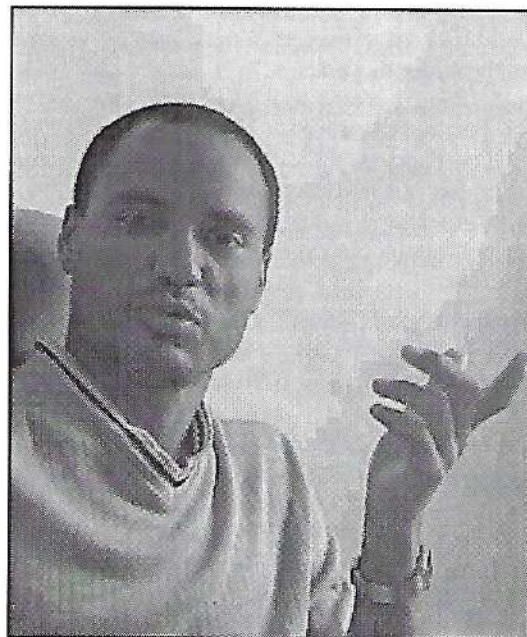
É claro que todo este processo ficou de certo modo atrofiado, por acontecer num período de transição governativa,

o que exige, novas operações de sensibilização e promoção de protocolos.

Entretanto, temos trabalhado na preparação de instrumentos de gestão importantes para o funcionamento da OAC, nomeadamente o Regulamento de Admissão de Membros, debatida a questão do financiamento da Ordem e em paralelo, elaboramos o orçamento para o ano corrente, tendo solicitado já a Assembleia Geral a convocação de uma sessão para aprová-lo.

Tratando-se de um instrumento imprescindível para o funcionamento da Ordem, e sabendo que no momento o orçamento geral do Estado se encontra em fase de elaboração, encetamos contactos no sentido da obtenção de um subsídio do Governo que equilibre os proveitos.

Ao nível cultural, lançamos a ideia da realização das "Jornadas de Arquitectura" que consistia em promover o debate no seio dos arquitectos e a respeito das matérias sensíveis ao ambiente construído. Esta ideia teve pouca adesão e apenas se realizaram algumas sessões. Igualmente promovemos o aparecimento de um jornal (Folha dos Arquitectos) que por razões logísticas será lançado em Julho.

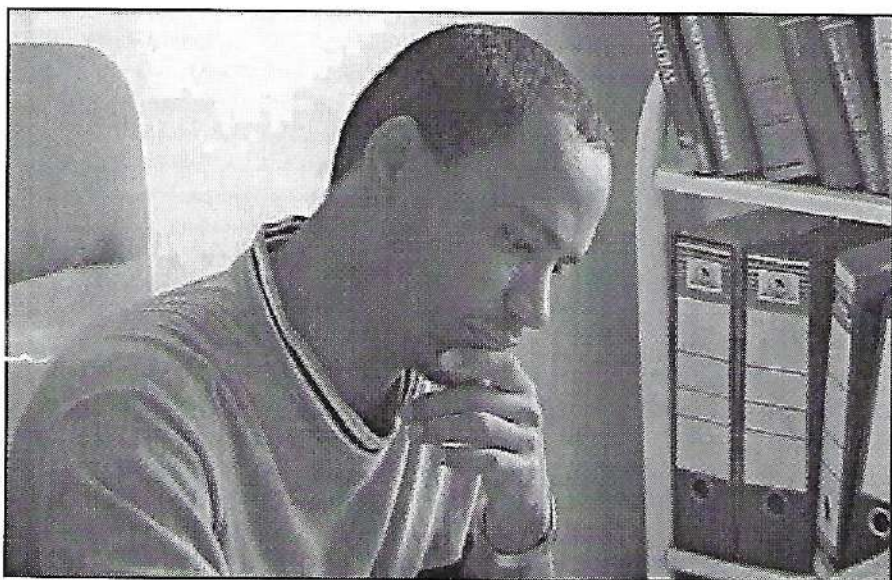


Estamos atentos as questões que se passam na sociedade, intervindo quando julgamos pertinente e procurando fazê-lo com o máximo de rigor e isenção, evitando o confronto que não seja o de ideias e conteúdos e pautando pela defesa da arquitectura e da classe profissional. Contamos, nas festividades alusivas ao dia Mundial da Arquitectura e dia dos Arquitectos Caboverdianos, levar a efeito, uma jornada cultural denominada "**Um Olhar sobre a Arquitectura, que passado, que futuro?**". Trata-se de uma iniciativa que visa possibilitar ao arquitecto reflectir sobre si e sobre o impacto do seu trabalho na sociedade, debatendo questões prementes sobre a classe no contexto dos poderes e divulgar através de uma exposição a sua intervenção enquanto criador de ambientes.

Que pensa sobre os dois anos que lhe restam de mandato?

Para os próximos dois anos, pensamos concretizar o plano de actividades apresentado por ocasião da nossa eleição, privilegiando as questões organizacionais por forma a dotar a instituição de uma máquina administrativa que funcione e que permita ao meu sucessor ser mais operacional ao nível das iniciativas de promoção de oportunidades para os profissionais da classe.

É igualmente necessário que se mobilize o máximo de vontades e se conjugue esforços no sentido de promover a arquitectura e a intervenção do arquitecto, só assim será possível esta classe granjear respeito e ser aceite pela sociedade como parceiro necessário. **F**



OAC - Associação pública com personalidade jurídica

Através do estrato de alguns artigos do estatuto da OAC, pretendemos sublinhar os deveres e obrigações subjacentes à existência de uma Ordem profissional que visa a melhoria e disciplina do exercício da profissão de Arquitecto.

Nesta base cabe-nos evidenciar o carácter obrigatório da adesão a esta associação já que o exercício da profissão de Arquitecto passa a partir de agora a ser condicionada pela inscrição na OAC, conforme o Art. 5 do Capítulo II publicado no Boletim Oficial n.º 37 I série de 11 de Outubro de 1999.

Capítulo I Disposições Gerais

Artigo 1º - Denominação e Natureza

A Ordem de Arquitectos Cabo-Verdianos, (...) é uma associação pública com personalidade jurídica, representativa dos licenciados em arquitectura, mestrados ou doutorados, que, de acordo com estes Estatutos e as demais disposições legais aplicáveis, exercem a profissão em Cabo Verde

Artigo 2º - Âmbito e sede

A OAC é de âmbito nacional e tem sede na cidade da Praia, ilha de Santiago (...)

Artigo 4º - Atribuições e competências

1. Para além das previstas na lei e das que resultem dos presentes Estatutos, são atribuições da OAC:

- a) Defender e promover a ética, a deontologia e a qualificação profissional dos arquitectos;
- b) Velar pelo rigoroso cumprimento das leis, dos presentes Estatutos e regulamentos da Ordem, nomeadamente no que se refere à titularidade e exercício da profissão de arquitecto;
- c) Defender os interesses, os direitos, as prerrogativas e imunidades dos seus membros e reforçar a solidariedade entre os mesmos;
- d) Zelar pela função social, dignidade e

prestígio da profissão e promover o respeito pelos respectivos princípios deontológicos;

- e) Contribuir para o desenvolvimento e promoção da arquitectura, nomeadamente através do apoio às actividades de investigação;
 - f) Concorrer para uma adequada regularização do exercício da profissão de arquitecto.
2. Para a realização de suas atribuições compete em particular á OAC:
- a) Colaborar com os órgãos de Administração sempre que estejam em causa matérias que se relacionem com a prossecução dos seus fins, pronunciando-se designadamente sobre a defesa do património, ordenamento do território, planeamento físico, a edificação e o exercício da profissão e a homologação e equiparação dos respectivos cursos;
 - b) Elaborar e propor, para aprovação do Governo, o código deontológico da respectiva profissão;
 - c) Promover o intercâmbio de ideias e experiência entre os membros, com organismos afins nacionais, estrangeiros e internacionais, bem como acções de coordenação interdisciplinar, quer aos níveis da formação e investigação, quer da prática profissional;
 - d) Colaborar, patrocinar e promover a edição de publicações conforme aos objectivos da OAC e que contribuam para um melhor esclarecimento sobre as implicações e a relevância da arquitectura;
 - e) Promover a instituição de prémios e bolsas de estudos e estimular e colaborar na organização e regulamentação de concursos que se enquadrem nos seus objectivos;
 - f) Promover a instauração de competente processo judicial contra os que usem ilegalmente o título de arquitecto ou exerçam ilegalmente a profissão;
 - g) Representar os arquitectos junto das autoridades, das organizações nacionais e estrangeiras;
 - h) Aderir a quaisquer associações, uniões ou federações de associações afins, sempre que daí advenham vantagens para a realização dos fins da OAC.

Acontecimentos

30 de Novembro 2000

09:00 h, Palácio da Cultura

Apresentação do Estudo Prévio do PUD de Palmarejo Grande.

Por iniciativa do IFH, realizou-se a apresentação e discussão do Estudo Prévio do PUD de Palmarejo Grande.

Esta reuniu Arquitectos e Engenheiros de várias instituições publicas e privadas Fa

2 de Dezembro 2000

10:30 h, Palácio da Cultura

"Conversa de Arquitectos"

Com o objectivo de dinamizar o associativismo realizou-se um encontro entre membros da OAC com vista o início do processo de inscrição, admissão e financiamento de Ordem Fa

6 de Dezembro 2000

Praia

Encontro entre o Conselho Directivo da OAC e o Presidente da Câmara Municipal da Praia, S. Domingos, Santa Cruz e Calheta.

Início do programa de encontros entre os órgãos directivos da Ordem e as estruturas de administração central e local Fa

12 de Junho 2001

O Conselho Directivo foi recebido pelo Sr. 1º Ministro a qual, se apresentaram os cumprimentos e preocupações concernente ao funcionamento da Ordem.

O Conselho Directivo solicitou igualmente pedido de audiência com o Sr. Ministro das Finanças - Aguarda-se confirmação.

- O orçamento já se encontra elaborado aguardando a realização da Assembleia para a sua aprovação.

- Encontra-se em fase de elaboração o regulamento de Admissão e qualificação. Fa

Concurso: Logotipo da OAC

Estão em fase de preparação os termos de referência do concurso de ideias para o logotipo da OAC. Este con-curso será reservado a Arquitectos Fa

Sites de interesse

www.homeportfolio.com

www.hwca-adm.com

www.majorworks.com

www.asa-art.com/virtus.htm

www.ideiasmoveis.pt

agenda

Em duas palavras tudo o que está em cartaz e que interessa aos arquitectos mesmos – ou especialmente – o que não é arquitectura, tanto nacional como internacional.

COLÓQUIOS/CONGRESSOS SEMINÁRIOS

- “2º Congresso Virtual de Arquitectura”

DATA: Outubro a Dezembro

LOCAL: Internet

ORGANIZAÇÃO: Faculdade de Arquitectura da Universidade Central de Venezuela

e-mail: m4@m4interiores.com

www.m4interiores.com

- “3º Fórum Internacional de Urbanismo”

DATA: Novembro 2000 a Novembro 2001

LOCAL: áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e em Vila Real
Tel. (238) 21 3154276

e-mail: tjuv0134@mail.telepac.pt

- “XXI Congresso Mundial de Arquitectura
UIA – Resource Architecture”

DATA: 22 a 26 Julho de 2002

INFORMAÇÕES:

em www.uia-berlin2002.com

- “13º Congresso das mulheres arquitectas –
Avant et après la vie active”

DATA: 01 a 06 Julho 2001

LOCAL: Viena, Áustria

Tel. (33 1) 47 20 88 82

- “Conferência Internacional –
Reconsidere la structure
de l'enseignement de l'architecture
pour le XXIe siècle”

DATA: 05 a 07 Julho 2001

LOCAL: Hong Kong

ORGANIZAÇÃO: HKIA, CAA
e ARCASIA

CONTACTO: Hong Kong Institute
of Architects

e-mail: hkiasec@hkia.org.hk



Com a formalização recente da Associação de Arquitectos de Moçambique – Arquitrave e a sua confirmação sobre a deliberação tomada na última Assembleia Geral do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa em Macau, acerca do local de realização do próximo Encontro, foi este já marcada para os dias 23 a 28 de Julho de 2001.

Realizar-se-á pois o 8.º Encontro CIALP na capital de Moçambique e incluirá a Assembleia Geral deste Conselho Internacional, com a presença dos membros da Junta Directiva e dos delegados das diversas Associações/Ordem de Arquitectos. Haverá ainda um Seminário aberto a todos os arquitectos de língua portuguesa e a outros profissionais de áreas afins sujeito ao tema genérico «População, migração e arquitectura».

Trata-se de um tema proposto pelos colegas moçambicanos, muito importante na África dos nossos dias mas que claramente vai além desse continente. Em Portugal e no Brasil a consequência, em termos profissionais, para os territórios de partida e de chegada dessas migrações para as cidades traz, igualmente, significativos compromissos que urge serem devidamente estudados. O conhecimento e análise de casos reais será certamente importante para a previsão e estudo de um problema global que, embora com características algo particulares de caso para caso, configura uma tendência já antiga mas cuja solução difere sempre de acordo com as premissas novas que se vão deparando.



«Ilha de Moçambique, relatório – report 1982-85»,
Secretaria de Estado da Cultura – Moçambique
e Arkitektsskolen i Aarhus – Danmark

Há pois o maior interesse na participação massiva neste Seminário

incluído no 8.º Encontro CIALP e a elaboração atempada das comunicações propostas sobre o tema possibilitando não só à Junta Directiva como particularmente à Direcção da associação anfitriã poderem melhor organizar o calendário dos trabalhos.

Brevemente serão dadas informações

mais detalhadas, designadamente quanto à deslocação e estadia dos participantes salientando-se, no entanto e tal como já foi focado no último Boletim CIALP de Janeiro, que qualquer correspondência ou pedido de esclarecimento, a ser feito à Direcção da associação de Arquitectos de Moçambique, deve ser dirigido a: Associação de Arquitectos de Moçambique – Arquitrave, Caixa Postal 1907, Maputo, Moçambique.

José Silva Carvalho, arquitecto
Presidente do CIALP

In Boletim ARQUITECTOS
(Portugal)